

PERCEPÇÕES DA ECONOMIA VERDE

Alexandre d'Avignon¹ · Carolina Grottera²

1. Introdução

Os resultados obtidos na consulta “*Green Economy Perceptions*”, realizada pelo CGEE, com apoio da Coppe/UFRJ, em parceria com o instituto sueco Swedish Agency for Growth Policy Analysis (GA), e o Institute for Sustainable Development and International Relations (IDDRI), da França, foram muito bem recebidos pelo público. O painel foi estruturado em quatro sessões: apresentações dos resultados da pesquisa, comentários de representantes de instituições parceiras na pesquisa, comentário dos debatedores convidados e perguntas dos presentes nos eventos e a reação dos panelistas.

A necessidade de aplicação constante de ferramenta de consulta para detectar a dinâmica da construção dos conceitos e as mudanças quanto às possibilidades de implantação da economia verde parece ter sido consenso. A economia verde poderia se tornar uma meta internacional voltada para uma trajetória de “esverdeamento” da economia mundial, como mecanismo para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Identificou-se que um dos grandes méritos da consultas se referiu aos aspectos de convergência e nuances de entendimento entre os respondentes dos diferentes países, em particular sobre a implantação da economia verde. Certamente, os resultados são instigantes e podem servir como plataforma para possíveis desdobramentos no contexto da conceituação e da mudança de paradigma com relação à atual dinâmica econômica.

2. Aspectos de convergência

A convergência aparece na grande maioria das questões, denotando que a sensibilidade dos respondentes é parecida no que diz respeito à economia verde. Ela foi considerada como um

¹ É pesquisador do CentroClima (Coppe/UFRJ).

² É pesquisadora do CentroClima (Coppe/UFRJ).

instrumento para promoção do desenvolvimento sustentável e não restrita ao desempenho ambiental, a uma economia de baixo carbono ou à dimensão econômica do desenvolvimento sustentável. Os principais aspectos destacados foram a opção de baixo carbono e a redução da intensidade de consumo de recursos naturais

A cooperação internacional foi considerada elemento fundamental para implantação de uma economia verde, mas ajustes nas instituições existentes atualmente não seriam suficientes, sendo necessárias transformações estruturais profundas. A transição para este tipo de economia não poderia ser realizada por um país isoladamente e dificilmente deixaria os níveis de crescimento inalterados, destacando-se que o Produto Interno Bruto não é capaz de medir o desempenho de uma economia verde de forma satisfatória.

O mundo estaria caminhando para uma posição de insustentabilidade, sendo necessárias reformas em todos os níveis (internacional, nacional, regional, local) e também nas agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As reformas apontadas como mais importantes foram a inclusão de critérios ambientais e sociais nas questões tratadas pela Organização Mundial do Comércio por parte dos respondentes de países desenvolvidos e o estabelecimento de Metas de Desenvolvimento Sustentável por parte dos respondentes brasileiros. Respondentes de outros países em desenvolvimento destacaram a importância de se progredir na implantação das convenções da Organização das Nações Unidas, como biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação.

Para esta transição, as tecnologias verdes não estariam disponíveis ou economicamente viáveis de forma satisfatória, o que pressuporia a necessidade de mecanismos adequados para disseminá-las, isto é, mecanismos de incentivo e crédito, além de aparato legal e regulatório adequados. Neste sentido, os diferentes contextos nacionais mostram que a economia verde pode ser alcançada por meio de vários instrumentos ao invés da utilização de um modelo aplicável a todas as realidades.

As redes inteligentes (*smart grids*) e energia solar fotovoltaica foram consideradas tecnologias a serem privilegiadas na implantação de uma economia verde e, neste caso, os setores prioritários seriam o de energia e de transporte.

3. Aspectos diferenciados

A consulta também foi importante para mostrar diferentes graus de maturidade sobre alguns aspectos do tema e, em outros, influências específicas de prioridades nacionais. A preferência

por uma cesta de indicadores para mensurar o desempenho de uma economia verde pelos respondentes franceses e suecos em face da preferência por um “PIB verde” pelos respondentes brasileiros e de outros países em desenvolvimento foi uma destas diferenças. Assim como a necessidade de reformas na Organização Mundial do Comércio para promover a transição para a economia verde, assinalada pelos respondentes franceses e suecos, vis-à-vis a preferência pela adoção de metas de desenvolvimento sustentável pelos respondentes brasileiros.

A expansão do controle dos países desenvolvidos sobre o mercado de tecnologia, observada pelos respondentes brasileiros como o maior risco inerente à adoção de uma economia verde, não foi observada pelos respondentes de outros países. No que se refere às questões sociais, respondentes de países desenvolvidos tendem a priorizar a erradicação da pobreza, enquanto respondentes de países em desenvolvimento enfatizam a redução das desigualdades, relacionando-a de forma mais abrangente ao desenvolvimento. Observou-se ainda uma visão crítica por parte de respondentes brasileiros das ONGs com relação ao termo “erradicação da pobreza”. A redução das desigualdades é considerada um objetivo prioritário na agenda dos países em desenvolvimento. No Brasil, considera-se que deve ser fomentada parcialmente com recursos da exploração do pré-sal e inovação. Respondentes suecos e franceses enfatizaram o acesso a tecnologias verdes como meio de diminuição das desigualdades. Os respondentes brasileiros também enfatizaram a ciência, tecnologia e inovação como uma alternativa, enquanto os respondentes de países desenvolvidos e em desenvolvimento priorizaram a implantação de práticas sustentáveis no setor produtivo.

Muitos respondentes suecos demonstraram acreditar que a implantação de uma economia verde não ofereceria nenhum risco. Esta é uma visão parcialmente compartilhada entre os respondentes de países em desenvolvimento, os quais apontam o controle do mercado de tecnologia pelos países desenvolvidos como principal risco na transição. Fornos menos nocivos à saúde foram assinalados como tecnologias energéticas prioritárias no âmbito da implantação de uma economia verde pelos respondentes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, exceto pelos brasileiros. Estes enfatizam fortemente o uso de biocombustíveis líquidos como tecnologias a serem priorizadas. Destaca-se o uso do biodiesel e do bioetanol de cana-de-açúcar, produzido em larga escala, relacionados ao contexto econômico brasileiro.

A precificação adequada de recursos e internalização de externalidades foram vistas como principais instrumentos econômicos para a implantação de uma economia verde pelos respondentes de países desenvolvidos. Neste caso, os respondentes franceses destacaram ainda a utilização de taxas para transações financeiras internacionais. Respondentes de países em desenvolvimento, por sua vez, enfatizaram mecanismos de incentivo a práticas consideradas desejáveis e de penalidade àquelas vistas como insustentáveis. Percebe-se, portanto, uma diferença de enfoque entre países desenvolvidos e em desenvolvimento: os primeiros priorizam

o funcionamento tradicional do mercado e uma tentativa de alinhá-lo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, por meio da sinalização adequada dos custos da atividade econômica. Os respondentes de países em desenvolvimento, no entanto, tendem a voltar-se para questões ligadas a comportamentos desejáveis ou recrimináveis do ponto de vista da sustentabilidade, destacando a necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo.

O setor de água, esgoto e saneamento foi destacado como uma prioridade para implantação de uma economia verde pelos países em desenvolvimento, em face da ênfase na agricultura por parte dos respondentes franceses e nas florestas por parte dos suecos. A este último aspecto também foi considerado importante pelos respondentes brasileiros.

4. Metodologia

Na apresentação dos resultados da consulta estruturada foram abordados também os aspectos metodológicos, além das convergências e diferenças de percepção. Cerca de dez mil solicitações foram enviadas por e-mail, havendo hegemonia relativa de respondentes brasileiros em termos de adesão e participação relevante de respondentes suecos e franceses. Existiu ainda, uma participação minoritária de respondentes de outros países Anexo I e não-Anexo I, de acordo com a Convenção Quadro de Mudanças do Clima da ONU. Esta divisão pode ser considerada uma separação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente.

Ao todo, obteve-se 1270 respostas provenientes de consultados brasileiros, 66 de suecos, 163 de franceses, 69 de outros países pertencentes ao Anexo I e 58 de outros países não pertencentes ao Anexo I.

Não houve preocupação no tratamento estatístico da amostra. Reconhece-se, ainda, a existência de vieses relacionados ao universo de consultados, majoritariamente ligados ao tema da ciência, tecnologia e inovação, ainda que haja representação de todos os setores de atividade, como empresários, academia, governo e organizações não governamentais.

A distribuição das respostas obtidas é razoavelmente proporcional à distribuição das populações destes países (Brasil, Suécia e França), uma vez que o Brasil representa 73% do total de habitantes dos 3 países somados e corresponde a 84,7% do total de respondentes e os suecos constituem 3,5% do total da população e 4,4% do total de respondentes. Os respondentes franceses estariam levemente sub-representados, já que contabilizam 23,5% da população dos 3 países somados mas apenas 11% dos respondentes. Isto pode ser explicado por terem entrado tardiamente na consulta.

Na concepção inicial da consulta estruturada, optou-se pela aplicação de metodologia Delphi, que prevê, entre outros aspectos, consulta em dois ou mais estágios. No caso de desdobramento deste exercício, poder-se-ia trabalhar o refinamento das questões para realizar uma segunda rodada, a qual complementaria e esclareça os resultados observados na primeira rodada. Assim, em uma nova etapa desse exercício, se ampliaria a consulta para um maior número de respondentes selecionados pelo IDDRI, a fim de se alcançar um maior equilíbrio entre o número de respondentes desses três países. Outra possibilidade de desenvolvimento dessa linha de trabalho é dar um tratamento estatístico à escolha da amostra para definir os grupos que deveriam ser objeto de análise, de modo a obter uma representação com validade estatística das populações em foco.

5. Comentário dos parceiros

Emilio Lèbre La Rovere (Coppe-UFRJ) teve como foco a apresentação dos resultados obtidos para os respondentes brasileiros do ponto de vista dos diferentes setores de atividade, como o governo e parlamento, academia, setor empresarial, representantes de organizações não governamentais e outros.

Na especificidade do contexto brasileiro, a preponderância de temas como a biodiversidade e, com relação à energia, os biocombustíveis fica clara. Apesar de haver uma convergência “natural”, é importante analisar os resultados à luz do universo de respondentes. Cerca de $\frac{3}{4}$ dos respondentes eram brasileiros, dos quais $\frac{2}{3}$ eram membros da comunidade científica e tecnológica. Dessa forma, a interpretação dos resultados deve ser feita do ponto de vista qualitativo, no sentido de se identificar as discrepâncias e convergências com outros setores de atividade, como representantes do governo e parlamento, empresários e respondentes ligados a organizações não-governamentais.

Não houve grandes surpresas na análise por setor de atividade, existindo convergência entre os diferentes grupos. No entanto, o terceiro setor (ONGs) é um grupo bastante heterogêneo e que as ONGs envolvidas na pesquisa são mais voltadas para questões ambientais e para tecnologia, o que consiste em um viés. Apesar da biodiversidade ter sido apontada como o tema mais importante no âmbito da economia verde pelos respondentes brasileiros (26% das respostas), a economia de baixo carbono contabiliza quase o mesmo número de respostas (25%).

Outro resultado que deve ser ressaltado é o fato de que, apesar de nenhum setor ter demonstrado considerar a economia atual como sustentável, 53% do setor empresarial consultado admite que caminha na direção de maior sustentabilidade, consideravelmente mais do que os outros setores de atividade. Esta visão mais otimista com relação à economia brasileira observada no

setor empresarial pode ser identificada também quando questionado se a economia brasileira seria mais verde do que a média economia dos outros países. Enquanto 52% dos respondentes brasileiros não compartilham esta opinião, 25% dos empresários consultados concordam fortemente com esta afirmativa.

No que tange à transição para a economia verde, nenhum dos respondentes das ONGs acreditam que pequenos ajustes sejam suficientes para realizá-la, enquanto 19% do respondentes ligados ao setor governamental e 22% dos respondentes ligados ao setor empresarial o fazem. No que diz respeito à agenda para os países em desenvolvimento no âmbito da economia verde, os representantes de ONGs enfatizaram as tecnologias que assegurem os níveis de emprego e a redução das desigualdades, ao mesmo tempo em que apresentaram uma visão bastante crítica com relação ao termo “erradicação da pobreza”, o que já fora registrado anteriormente em outras pesquisas.

Como esperado, os respondentes das ONGs consideraram o plano local como fundamental para a transição para a economia verde em maior grau do que os respondentes ligados a outros setores. Estes respondentes também diferem dos outros na escolha das tecnologias verdes, apresentando forte preferência por *smart grids* (cerca de 19%) e eficiência energética (16%), para a qual há uma ausência de instituições responsáveis pelo seu fomento.

A análise contou ainda com duas questões endereçadas exclusivamente aos respondentes brasileiros. Devido à descoberta das jazidas de petróleo na camada do pré-sal, há uma preocupação de que o Brasil siga a trajetória de outros países latino-americanos como o México e a Venezuela, embarcando em uma linha intensiva de uso do petróleo, embora grande parte desta produção seja voltada para a exportação. Uma das questões acima mencionadas se referia a que destino deveria ser dado à receita obtida com a exploração dos recursos do pré-sal. Cerca de 37% dos respondentes priorizaram o direcionamento da renda auferida com a exploração do petróleo e do gás natural do pré-sal para a redução dos impactos ambientais causados no plano local e global da utilização do petróleo. Deste total, 53% eram compostos por respondentes ligados ao terceiro setor, e 46% ao setor empresarial. Outros segmentos, como o governamental e o acadêmico, privilegiaram o uso da renda da exploração do petróleo para reduzir desigualdades sociais, contabilizando 32% do total das respostas. Ainda, 19% dos respondentes acreditam que esta renda deveria ser direcionada para a promoção de uma economia verde.

A preferência por uma cesta de indicadores é mais forte entre os membros do governo, e menos presente entre os representantes de ONGs, que priorizam o PIB verde. Isto pode ser explicado parcialmente pelas conclusões do relatório da Comissão Sen-Fitoussi-Stiglitz, ainda pouco divulgadas no Brasil, cuja recomendação é exatamente a utilização de uma cesta de indicadores em detrimento de um único indicador.

Eva Alfredsson (GA) teve como objetivo em sua apresentação oferecer embasamento para a compreensão dos resultados obtidos pelos respondentes suecos. Para tanto, foram apresentadas algumas características sócio-econômicas da Suécia, tais como população (cerca de 9,1 milhões de habitantes), e uma breve cronologia da política ambiental sueca.

Os resultados do questionário para os respondentes suecos denota que estes consideram a economia verde como uma economia de baixo carbono, eficiente no uso de recursos e capaz de gerir a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos de forma satisfatória. Destaca-se que a redução das desigualdades não foi uma das características mais importantes em uma economia verde pelos respondentes suecos. Seria interessante realizar uma pesquisa no formato Delphi completa, a fim de se aferir quão eficiente em recursos ou que nível de emissões de GEE são necessários em uma economia para que esta possa se tornar verde.

Os respondentes suecos também admitem que uma economia verde não se restrinja ao desempenho ambiental, mas consideram questões relacionadas a igualdade social e bem-estar. Com relação a questões ligadas ao crescimento econômico de uma economia verde, os suecos são mais otimistas do que os respondentes de outros países, já que 32% deles acreditam em taxas de crescimento maiores e 32% acreditam em taxas de crescimento similares. No entanto, uma parcela maior de respondentes suecos, cerca de 8%, acredita que taxas negativas de crescimento econômico são necessárias por algum período.

Aproximadamente 72% dos respondentes suecos acreditam que grandes transformações são necessárias para uma economia verde. Muitos respondentes acreditam que não há riscos na implantação de uma economia verde. Haveria, no entanto, graves riscos na não implantação de uma economia verde, tais como o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas e perda irreversível de biodiversidade, o que configuraria ameaça à manutenção do próprio modelo atual de negócios.

Os respondentes suecos demonstraram forte preferência por instrumentos econômicos, no sentido de que os preços sinalizados devem ser adequados, o que não ocorre na economia atual. No entanto, temas têm sido debatidos recentemente, como a forma como as compras governamentais podem estimular a economia verde, pagamento por serviços ecossistêmicos, e a necessidade de maior planejamento urbano e de transporte, setor que tem apresentado emissões de GEE crescentes. Ressalta-se, ainda, a importância da educação voltada para questões ambientais e o estímulo à inovação.

Vinte por cento dos respondentes suecos acreditam ser possível haver uma “ilha verde em um oceano marrom”, o que pode decorrer das inúmeras iniciativas que têm sido realizadas a nível local no sentido de se implantar uma economia verde. Esta economia verde local poderia servir

de modelo para iniciativas maiores e ser replicada para outros sistemas, ainda que a cooperação seja fundamental para sua implantação. O modelo atual (*business-as-usual*) não é aceitável e acarretaria em inúmeros custos à humanidade caso se perpetue.

Todos estão dividindo o mesmo modelo de desenvolvimento atualmente e as diferenças seriam cada vez menores. Há uma forte correlação entre o patamar do PIB e taxa de metabolismo ou emissões de CO₂. Basicamente não há mais eficiência, pois usamos cada vez mais os recursos. Desde que haja uma relação linear entre o PIB e emissões ou externalidades negativas, isto prova a não eficiência. Nos anos 70, 80 ou 90 esta relação permanece a mesma, às vezes mais intensa, outras menos. Isto também significa que a tecnologia é global. No nível macro não há necessidade de transferência de tecnologia, porque ela mesma se dissemina quando eficiente. Observando-se a China, o país usa o estado da arte da tecnologia, possivelmente mais eficiente daquela dos países industrializados. Então administrar a transição para economia verde significa mostrar o caminho, ter ações reais e construir a curva de Kuznets.

Fala-se do conflito de interesses, este tem existido, mas neste momento teria sido ultrapassado porque este modelo de desenvolvimento chegou ao limite. Aumentar a taxa de metabolismo de nossas sociedades resulta em um aumento da necessidade energética. É por esta razão que a Agência Internacional de Energia esta desesperada por uma revolução, porque não é possível quando se tem China, Índia, ou seja, os Brics com incremento da demanda de energia. É necessário encontrar novos caminhos para fazer as coisas. Não há conflitos de interesse, há conflitos entre a economia e meio ambiente. A economia convencional não funciona em um sistema ecologicamente sustentável. Precisa-se da economia verde para a transformação.

Os respondentes suecos enfatizam a internalização de efeitos das externalidades e optam pela precificação dos recursos, mas é necessário cautela. Não se deve “economizar” excessivamente as coisas. É necessário enquadrar a economia em um modelo sustentável. Os pobres seriam mais subordinados à economia verde, pois eles são mais dependentes dos ecossistemas. As barreiras são diferentes de precificações para regulação para proteger os pobres. As iniciativas locais são muito importantes para esta questão.

Laurence Tubiana (IDDRI) ressaltou as convergências e divergências encontradas nos resultados para os respondentes do Brasil, França, Suécia, países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Menciona a importância deste tipo de exercício no sentido de auxiliar a tomada de decisão governamental. Consultas à população anteriores à implantação de políticas públicas têm se tornado rotina, como o exemplo citado: a consulta prévia à implantação de uma taxa de carbono.

Como o universo de respondentes era constituído majoritariamente por membros da comunidade científica/acadêmica e representantes do governo e que, caso houvesse maior participação

popular, poder-se-ia transformar este tipo de pesquisa em uma eficiente ferramenta para negociações futuras.

Assinala quais poderiam ter sido resultados obtidos caso houvesse uma consulta prévia à população antes da Conferência Rio+20, isto é, se o debate não tivesse ficado restrito a diplomatas e representantes de governo.

Uma das lições que apreendeu da pesquisa está relacionada à importância da percepção da sociedade civil. Gostaria de desenvolver outras perspectivas de ações coletivas sobre as necessidades de conhecimento e a melhor compreensão da diferença das percepções existentes. Durante muitos anos de negociação sobre estes temas, muitas vezes aparecia à questão da legitimidade porque estas eram feitas em nome de vários interesses domésticos dos países. A discussão entre as negociações domésticas e internacionais são muito importantes. Talvez se compartilhe mais quando se acredita na globalização ou outras questões. Um resultado chave desta pesquisa poderia ser o desenvolvimento de uma ferramenta útil, fazendo-se alguns ajustes metodológicos complementares, de público, etc.

Pode-se concordar ou não em utilizar as ações coletivas para atingir as tecnologias adequadas. Não pensaria ingenuamente que todos se tornarão amigos. Tem trabalhado com China nos últimos 10 anos, aconselhado o governo chinês em meio ambiente e percebe uma evolução nas políticas chinesas sobre o assunto. A China hoje é a primeira investidora em tecnologia verde muito competitiva. Os chineses não pagam *royalties* e grandes empresas compartilham tecnologia como a Aston instalada no país, pois deseja acessar este grande mercado. Países como Brasil, México, Índia e China podem desenvolver capacidade e resolver seus próprios problemas, apresentando soluções neste ambiente de competição. A competição empurra o desenvolvimento da tecnologia verde. As assimetrias tradicionais não permitiriam o desenvolvimento deste novo caminho tecnológico. Acredita fortemente na competição neste campo. Na França já se perdeu algumas batalhas, mas isto é positivo. Os chineses são muito melhores em painéis solares e devem se tornar melhores também em usinas elétricas de concentração solar. Eles claramente investem mais nestes setores. A tecnologia não é coisa de amigos, mas sim resultado de competição, uma batalha de negócios e de economias.

Se existe este ambiente, o investimento, tanto privado como estatal, deve estar sendo feito em uma direção correta. Para Europa isto é positivo, mas ainda não se sabe se o continente volta a crescer após estes dois anos. A experiência com o baixo crescimento nos últimos 10 anos refere-se à economia financeira, não estaria ligado a fatores de produção. A perspectiva para a economia francesa em 2020-25 é somente chegar aos patamares de 2008, assim sendo se reflete sobre novos sistemas porque o antigo não solucionará os atuais problemas. Alguns pensam assim na França e mesmo na China alguns não consideram a economia verde o caminho certo. Isto é

uma disputa, talvez não ideológica, mas há muitas visões do que funcionará como mecanismo de solução. Na França ainda é minoritário o grupo que acredita que a economia verde seria a solução, porque há o medo do desemprego, etc. e esta não proveria os empregos necessários. Esta é a razão pela qual a Europa está sendo forçada a encontrar o caminho e este seria o único incentivo existente. Há o envelhecimento da população, desemprego acentuado e se não houver esta solução não se consegue ver uma saída. Nos últimos 10 anos o crescimento, na maioria dos países europeus, se deu em razão de uma economia financeira e não da ampliação da capacidade de produção e de competir nos mercados globais.

Partilhar ou não partilhar, este debate está ainda muito solto. Manteve-se esta discussão durante 25 anos entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos. Pode-se segui-lo aos pedaços na China, Índia e Brasil. O que há de novo? Qual é o novo conceito? Não se sabe bem ainda o que a economia verde significa, a definição da mesma. A pesquisa mostra as diferenças dos pontos de vista sobre ela. Assim há pontos de convergência, outros para serem mais bem estudados como a questão do PIB, crescimento o decrescimento. Mais uma vez, a Europa esta sendo forçada a avaliar outras opções, mas não há consenso sobre o tema.

O problema é produzir uma nova definição onde o emprego, a inclusão social, redução da inequidade e proteção ambiental possam ser negociados e representar o que chamávamos crescimento antes.

No momento, o crescimento é o único caminho para redistribuição. Sabe-se que a discussão social sobre conflitos do trabalho com os detentores de capital são solucionados com o crescimento. Como redistribuir com alguma coisa diferente e que talvez não gerasse o crescimento do PIB. A discussão de medida é cansativa, mas muito importante, porque se se fixa 2% de crescimento pode-se redistribuir este percentual em incremento de produtividade. Se houver mudança, a forma de redistribuição também deverá ser diferente e esta é uma nova discussão sobre a qual ainda não há ideias específicas.